



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N° /2022

(Da Sra. Joenia Wapichana e outros)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia para debater os impactos da Ferrovia Ferrogrão EF-170.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, para debater os impactos da Ferrovia Ferrogrão EF-170. Deverão ser convidados para participar da Audiência Pública os seguintes representantes:

- Doto Takak-Ire - Relações Públicas do Instituto Kabu e liderança Kayapó;
- Alessandra Munduruku - Coordenadora da Associação Indígena Munduruku;
- Melillo Dinis - Advogado do Instituto Kabu;
- Claudio Frischtak - Economista e Consultor do Banco Mundial na área de integridade do setor público e ambiente de negócios;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joenia Wapichana e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223432422200>



* C D 2 2 3 4 3 2 4 2 2 0 0 * LexEdit

- Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
- Representante da Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT
- Representante do Ministério da Infraestrutura - MInfra.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto logístico Ferrovia Ferrogrão EF-170 visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba. Na obra estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, no município de Rurópolis/PA, com 32 km, e o ramal de Itapacurá, com 11 km.

O empreendimento poderá aliviar as condições de tráfego nessa rodovia, com o objetivo de diminuir o fluxo de caminhões pesados e os custos com a conservação e a manutenção.

No entanto, segundo estudos do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) as consequências de obras na região da Terra Indígena Capoto-Jarina e do Território Indígena do Xingu ligadas à ferrovia poderão ser desastrosas. O estudo reforça que os impactos a serem gerados pela obra - que incluem o aumento da contaminação por agrotóxicos e do desmatamento - se estendem por uma dimensão muito maior do que os previstos pelo governo, de 10 km para cada lado do trajeto. As obras podem impulsionar, inclusive, a interrupção da conectividade do corredor ecológico do Xingu, 26 milhões de hectares de florestas protegidas cuja divisão poderia causar perdas irreparáveis para o clima global.

Vale destacar que a Ferrogrão poderá afetar cerca de 16 terras indígenas. Por isso, é importante a consulta de todos os povos indígenas que serão afetados, para que tenham uma participação efetiva. O direito à Consulta Livre, Prévia e Informada dos povos indígenas é previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



LexEdit
* C D 2 2 3 4 3 2 4 2 2 2 0 *

Desde o anúncio do projeto, povos indígenas do Xingu e do Tapajós querem o cumprimento de seu direito de Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o empreendimento. Os estudos de viabilidade econômica, técnica e ambiental identificaram impactos potenciais a 16 Terras Indígenas dos povos Munduruku, Panará, Kayapó e no Território Indígena do Xingu. No entanto, o poder público reconhece apenas as terras indígenas Praia do Índio e Praia do Mangue, ambas em Itaituba/PA, enquanto impactadas e afirma que apenas essas deverão ser consultadas sobre o projeto, já durante a etapa de licenciamento ambiental.

Em outubro de 2020, o Ministério Público Federal e associações indígenas de povos do Xingu ingressaram com uma Representação ao Tribunal de Contas da União (TCU) requerendo a devolução do projeto para a ANTT até que essa cumpra a Consulta a todos os povos potencialmente impactados.

Desde março de 2021, os processos relacionados ao projeto encontram-se suspensos pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, que acatou pedido liminar da ADI-6553 sobre ilegalidade da Lei 13.452/2017 que resultou da conversão da Medida Provisória (MP) 758/2016 para desafetação de 832 hectares do Parque Nacional do Jamanxim para viabilizar o traçado da Ferrogrão. O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para junho o julgamento desta Ação Direta de Inconstitucionalidade.

O que está em discussão é que a lei violou a Constituição ao usar uma Medida Provisória para alterar espaços territoriais especialmente protegidos e por onde o governo quer que passe a Ferrogrão, causando impactos que também irão afetar Terras Indígenas Kayapó, Munduruku e Panará. E já estão sendo sentido os impactos no aumento da especulação imobiliária, do desmatamento ilegal e da grilagem muito próxima das Terras Indígenas.

O Parna de Jamanxim é uma das Unidades de Conservação que mais sofre com o desmatamento ilegal e os povos indígenas estão preocupados e determinados a lutar pela sua conservação.

O governo federal não cumpriu ainda a determinação legal de realizar consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas afetados pela Ferrogrão e recusou este direito aos Kayapó Mekrāgnotí, apesar de seus representantes terem assinado documentos garantindo a consulta antes do envio do projeto ao TCU. Os Munduruku, que não foram retirados do processo, também não tiveram seus protocolos de consulta respeitados.



* C D 2 2 3 4 2 2 0 0 * LexEdit

Diante desta situação, apresento este pedido de realização de audiência pública, para que os povos indígenas e demais instituições possam debater sobre o presente Projeto de Ferrovia, para o qual, solicito apoioamento dos membros desta Comissão.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 2022.

DEPUTADA JOENIA WAPICHANA

Líder da REDE Sustentabilidade

DEPUTADA VIVI REIS

PSOL/PA

DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA

REDE/PE

DEPUTADO AIRTON FALEIRO

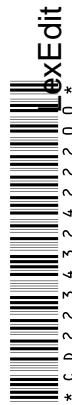
PT/PA

DEPUTADO JOSÉ RICARDO

PT/AM



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joenia Wapichana e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223432422200>



* C D 2 2 3 4 3 2 4 2 2 2 0 0 *



Requerimento (Da Sra. Joenia Wapichana)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia para debater os impactos da Ferrovia Ferrogrão EF-170.

Assinaram eletronicamente o documento CD223432422200, nesta ordem:

- 1 Dep. Joenia Wapichana (REDE/RR)
- 2 Dep. José Ricardo (PT/AM)
- 3 Dep. Vivi Reis (PSOL/PA)
- 4 Dep. Túlio Gadêlha (REDE/PE)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joenia Wapichana e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223432422200>